



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8832 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

Meritocracia para quem? Desigualdades socioeconômicas no acesso ao ensino superior público e privado

Adriano Souza Senkevics - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

MERITOCRACIA PARA QUEM? DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO

Resumo: Há fortes desigualdades no acesso à graduação no Brasil. Embora essa afirmação seja de conhecimento geral, pouco se sabe sobre como as disparidades socioeconômicas se expressam no acesso aos setores público e privado, ainda mais quando se analisa o efeito de variáveis até então pouco abordadas na transição médio-superior, como o desempenho no Enem. O objetivo deste trabalho é discutir a interação entre origem social e desempenho nas probabilidades de acesso ao ensino superior público e privado no Brasil. Os dados derivam de um painel de egressos do ensino médio acompanhados entre 2012 e 2017, com base em dados do Inep, e nos permitem descrever dois resultados principais. De um lado, o acesso ao setor público é altamente dependente da nota no Enem e acomoda poucas desigualdades de renda; de outro, há fortes e persistentes hiatos socioeconômicos no acesso ao setor privado. Análises multivariadas sugerem que o ingresso dos mais ricos nesse setor é indiferente ao desempenho, uma vez que esse grupo se beneficia de processos de admissão menos dependentes da nota. Porém, os candidatos mais pobres, por estarem desprovidos de um “efeito compensador” do nível socioeconômico, dependem quase inteiramente do desempenho para lograr o ingresso no ensino superior.

Palavras-chave: desigualdade, estratificação horizontal, mérito, vantagens compensatórias

Introdução

O ensino superior brasileiro não apenas é palco de persistentes desigualdades de alcance educacional ou de anos completos de estudo – a estratificação *vertical* do sistema –, como também de disparidades qualitativas, internas ao próprio sistema, que condicionam para quais instituições, modalidades e carreiras distintos grupos sociais tendem a se direcionar – a estratificação *horizontal*. Uma premissa dessa abordagem é que a progressão dos indivíduos ao longo do sistema educacional não se dá de maneira linear, e sim dividindo-se por caminhos alternativos a depender não só da estrutura e grau de diferenciação do

sistema, mas também das origens sociais e do desempenho (MONT'ALVÃO, 2016). Em um contexto de expansão educacional, essa reflexão ganha ainda mais importância, na medida em que a participação crescente de populações menos privilegiadas nos instiga a investigar para quais instituições, cursos esses estudantes se destinam.

Há diferentes ângulos para se abordar a estratificação horizontal, a depender do objeto. Um dos mais estudados, em razão de sua importância para a organização do sistema educacional, é a desigualdade de acesso aos setores público e privado. Evidências recentes indicam que o setor público é mais igualitário no acesso, no sentido de que a seleção para ingresso é menos dependente do *background* socioeconômico do candidato (BRITO, 2014; MONT'ALVÃO, 2015). Embora alguns autores não tenham encontrado variações temporais nessa tendência (SALATA, 2018), outros têm observado que, entre 2000 e 2010, as universidades públicas tornaram-se mais inclusivas, de tal sorte que seu processo seletivo se tornou menos determinado pelo nível socioeconômico familiar (BRITO, 2014). De modo geral, esses estudos baseiam-se em dados de pesquisas domiciliares, a exemplo do Censo Demográfico ou da Pnad. Porém, há uma importante limitação em usar essas fontes para caracterização de desigualdades educacionais: nenhuma delas contém informações sobre o desempenho dos potenciais candidatos, mesmo supondo-se que a trajetória pós-educação básica é dependente da proficiência que o jovem adquire ao longo da escolarização.

Felizmente, é possível contornar esse obstáculo. Neste trabalho, usamos um cruzamento de registros administrativos do Inep para abarcar, em caráter censitário, uma coorte de jovens elegíveis ao ensino superior. Com isso, construímos um painel que acompanha longitudinalmente os egressos do ensino médio por cinco anos após a conclusão da educação básica, permitindo-nos analisar em caráter inovador variáveis como proficiência. O objetivo é discutir a interação entre origem social e desempenho nas probabilidades de acesso ao ensino superior público e privado no Brasil.

Metodologia

O painel toma como ponto de partida uma coorte de aproximadamente 1,7 milhão de egressos de 2012, com idades entre 16 e 22 anos, definida a partir do Censo Escolar, do Inep. Por meio de uma chave de identificação individual, rastreamos esses indivíduos no Censo da Educação Superior de 2013 a 2017, com o intuito de localizar quais destes se matricularam em um curso de graduação no prazo de cinco anos. Em seguida, rastreamos os mesmos indivíduos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para incluir na base informações relativas ao nível socioeconômico (NSE), ao desempenho e demais variáveis contextuais.

Para estimar os fatores associados às probabilidades de ingresso, empregamos como variável de interesse a renda domiciliar per capita, como *proxy* do NSE, e a nota média nas provas objetivas do Enem, como *proxy* do desempenho. Controlamos por sexo, raça, idade, educação parental e informações relativas à escola onde o egresso se formou. Estimamos uma série de modelos *logit* multinominais para regredir a probabilidade de ingresso no ensino superior sobre tais preditores, comparando os setores público e privado. Para gerar estimativas mais precisas do efeito das variáveis de interesse, incluímos termos de interação entre renda e desempenho. Como limitação do estudo, tivemos que restringir nossa amostra ao 1,1 milhão de egressos do ensino médio que haviam participado de pelo menos uma edição do Enem no período, correspondente a 2/3 da base.

Resultados

Do total de egressos considerados no estudo, 69% ingressa no ensino superior no prazo de cinco anos pós-conclusão do ensino médio. Esse número, porém, carrega fortes desigualdades socioeconômicas. Entre os jovens pertencentes ao segmento 20% mais pobre dos candidatos (1ºQ), pouco mais da metade não acessa uma graduação; dos que o fazem, 3 em cada 4 jovens acessam o ensino superior privado. É sabido que esse setor responde pela maior parte da oferta de graduação, em todos os segmentos de renda. Porém, entre os jovens de origem privilegiada – pertencentes ao segmento mais rico (5ºQ) – cresce para 32% a proporção destes que acessa o setor público. É possível que, por obterem os desempenhos mais elevados, os jovens mais ricos sejam também os principais concorrentes das vagas no setor público; sem prejuízo dessa hipótese, o acúmulo de capitais econômico e cultural também pode nutrir pré-disposições ao ingresso em um setor reconhecidamente mais prestigiado.

Entender essas desigualdades implica analisar o comportamento do NSE e da nota sobre a estruturação das oportunidades de acesso para cada categoria administrativa. O Gráfico 1 fornece um panorama das probabilidades observadas de ingresso nos setores público e privado em função do desempenho no Enem, em centésimos ordenados.

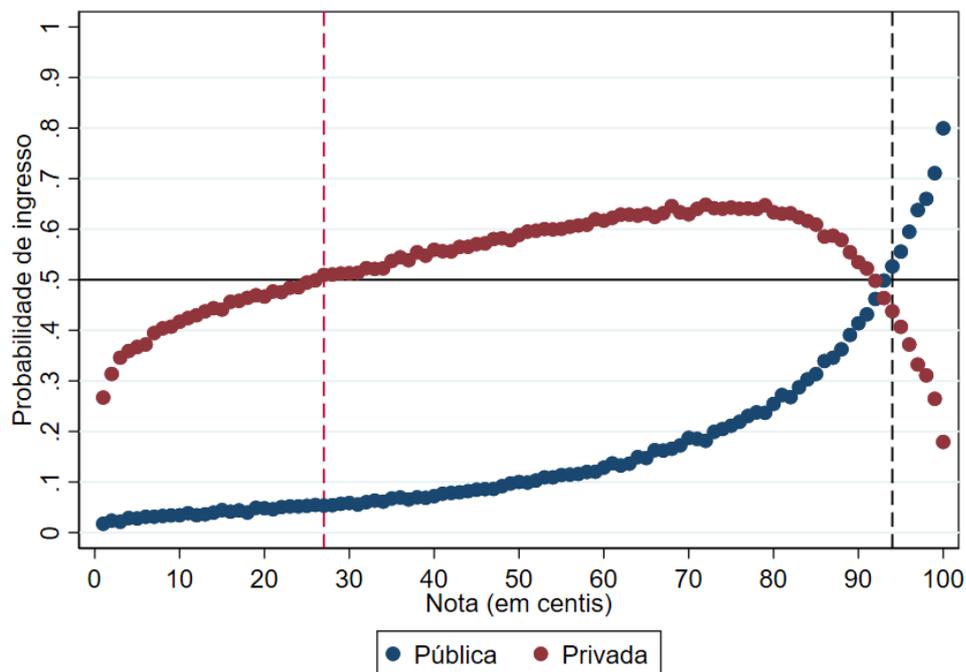


Gráfico 1 – Probabilidade descritiva de ingresso, por categoria administrativa, segundo o desempenho

Fonte: Elaboração própria a partir do painel de egressos de 2012 (Inep).

Os resultados indicam forte contraste entre os dois setores. Para o acesso ao setor público, observa-se uma associação positiva entre o desempenho e o ingresso ao longo de toda a escala de proficiência. Até o percentil 50 (p50, equivalente a 498 pontos no Enem), as probabilidades de acessar uma instituição pública são inferiores a 10%; acima do p74 (554 pontos), superam 20%; do p84 (587 pontos), 30%; do p90 (615 pontos), 40%. Mas é somente quando se ultrapassa o p94 (643 pontos) que se supera o limiar de 50% na probabilidade de ingresso (linha tracejada azul). Uma vez que desempenhos elevados estão diretamente relacionados à maior chance de acessar uma graduação no setor público, as maiores probabilidades de ingresso se concentram nas fatias mais elevadas de proficiência no Enem.

Para o acesso ao setor privado, o cenário é bem distinto. Nota-se uma elevação das

probabilidades de ingresso até a faixa de desempenho entre os percentis 70 e 80, quando se atinge o auge das chances de ingresso; após essa faixa, observa-se uma queda nas probabilidades. Também se percebe que não é necessária uma proficiência tão elevada para acessar esse setor: mesmo entre o pior centésimo de desempenho (p1, com notas iguais ou inferiores a 368 pontos), já se parte de uma probabilidade de ingresso de 27%, e uma probabilidade superior a 50% é logo atingida quando se supera o p27 (454 pontos, linha tracejada vermelha). Em resumo, jovens de baixo e médio desempenho tendem a ingressar no setor privado, mas, quando superam um determinado limiar de nota – segundos nossos cálculos, correspondente ao p72 (528 pontos no Enem) – há um ponto de inflexão em que se tende a acessar o setor público.

No Gráfico 2, vê-se as probabilidades previstas de ingresso, via o modelo *logit* multinominal com todos os controles, nos setores público (a) e privado (b) em função do desempenho, segundo os quintos de renda domiciliar *per capita*.

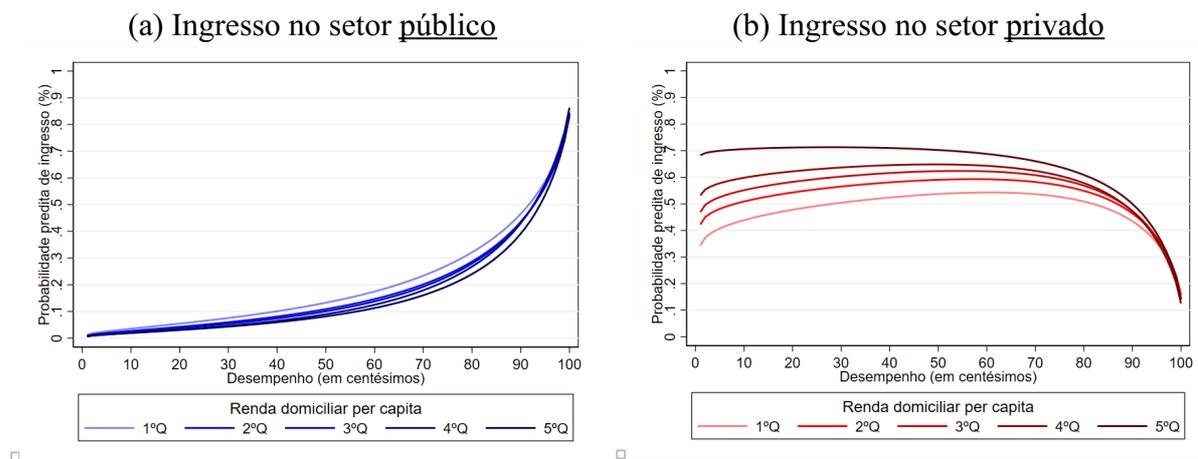


Gráfico 2 – Probabilidade prevista de ingresso no ensino superior público e privado, segundo o desempenho, por quintos de renda domiciliar *per capita*

Fonte: Elaboração própria a partir do painel de egressos de 2012 (Inep).

No Gráfico 2a, as curvas de todos os quintos de renda para acesso ao setor público seguem um padrão similar, com uma pequena vantagem relativa para os quintos mais pobres, em especial o 1ºQ. Abaixo do p50, todas as fatias socioeconômicas apresentam chances ínfimas de acesso, confirmando que o acesso ao setor público é altamente dependente da nota. Ademais, esses resultados sugerem que há menos acomodação de desigualdades de classe no ingresso a esse setor, uma vez que as curvas, ainda que manifestando alguma brecha socioeconômica, aproximam-se ou mesmo se sobrepõem na maior parte da escala de desempenho, e dependem fundamentalmente do desempenho no Enem.

Um contraste é observado no Gráfico 2b. Para o acesso ao setor privado, as desigualdades socioeconômicas partem dos patamares mais elevados entre os menores desempenhos e convergem ao longo da escala. Entre os mais ricos, as probabilidades de ingresso se iniciam em patamares elevados (70%), mesmo entre os piores desempenhos no Enem. Até que se atinja o ponto de inflexão a partir do qual há preferência pelo setor público, a tendência dos mais ricos é uma linha reta, sugerindo que a probabilidade de estes acessarem o setor privado é independente da nota. Entre os mais pobres, a nota é positivamente associada ao ingresso, até o ponto de inflexão. Finalmente, também se percebe a ocorrência de um forte e persistente hiato socioeconômico ao longo da maior parte da escala.

Discussão

Três principais conclusões derivam dos contrastes observados. Primeiramente, o hiato socioeconômico de acesso é maior no setor privado do que no público. Enquanto a maior disparidade entre os dois extremos de renda domiciliar alcança o valor de 8 p.p. em favor dos mais pobres no setor público, a brecha chega a 34 p.p. em favor dos mais ricos no setor privado – probabilidade de ingresso de 68% para o 5ºQ e de 34% para o 1ºQ no p1. Logo, além de acomodar menos desigualdades, o setor público tende a favorecer os mais pobres. Já o setor privado, além de mais desigual, favorece os mais ricos ao longo de toda a escala de desempenho, não havendo um único centésimo de nota em que os mais pobres os superam, nem mesmo no topo do desempenho.

Em segundo lugar, o setor público caracteriza-se pela forte dependência da nota como preditora do acesso. Na aparência, é tentador afirmar que o ingresso nas instituições públicas é bastante meritocrático, na medida em que tem o desempenho como critério de classificação, podendo recompensar os candidatos em função de seu esforço e independentemente da origem social. Essa constatação não nos permite ignorar, porém, a forte associação entre o *background* socioeconômico e a proficiência no Enem (dados não apresentados neste resumo). Porém, tampouco se pode desconsiderar que, alcançada determinada nota na prova, a probabilidade de ingresso é similar entre os grupos socioeconômicos. Nesse sentido, é possível dizer que no setor público a nota permite aos mais pobres compensarem suas defasagens socioeconômicas e atingirem probabilidades de ingresso iguais ou superiores às dos mais ricos.

A terceira conclusão é uma decorrência da anterior: se o acesso ao setor público é bastante meritocrático, o acesso ao setor privado é pouquíssimo meritocrático. De um lado, as probabilidades de ingresso neste é quase indiferente à nota, com algumas variações a depender da origem social do candidato: para os mais ricos, notas baixas não significam chances diminutas de ingresso; para os mais pobres, notas altas tampouco garantem chances elevadas. De outro lado, as desigualdades socioeconômicas são marcantes ao longo de toda a escala de desempenho, somente convergindo na queda entre as fatias de maior proficiência, quando se acessa o setor público. Logo, há indícios de que por meio do setor privado se opera um mecanismo de “vantagens compensatórias” (BERNARDI; TRIVENTI, 2018) que permite aos mais ricos ingressar no ensino superior mesmo com os piores desempenhos no Enem.

Em conclusão, percebe-se que os mais ricos, quando têm notas baixas e medianas, têm elevada probabilidade de ingresso no setor privado; porém, se atingem notas altas, tendem a optar pelo público. Já os mais pobres dependem inteiramente das notas elevadas, não gozando de uma proteção contra o baixo desempenho. Essa salvaguarda dos mais ricos manifesta a possibilidade de superar as barreiras socioeconômicas da matrícula em uma instituição privada, independentemente da nota. Logo, é sobre as classes populares que reside um bônus maior pelo mérito acadêmico, recaindo também sobre elas o maior ônus caso um desempenho satisfatório não seja alcançado. Se há meritocracia no acesso à graduação no Brasil, ela existe para premiar – e punir – o desempenho dos mais pobres.

Referências

BERNARDI, F.; TRIVENTI, M. Compensatory advantage in educational transitions: trivial or substantial? A simulated scenario analysis. *Acta Sociologica*, v. 63, n. 1, p. 40–62, 2018.

BRITO, M. M. A. **A dependência na origem: desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades**. 2014. 270 p. Tese (Doutorado em

Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MONT'ALVÃO, A. Diferenciação institucional e desigualdades no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 129–143, 2015.

_____. A dimensão vertical e horizontal da estratificação educacional. **Teoria e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 13–20, 2016.

SALATA, A. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 219–253, 2018.